

Prefácio

Fernando J. Cardim de Carvalho (IE/UFRJ)
Oeiras, 6 de abril de 2015.

É mais do que um prazer, é uma honra prefaciá-la uma obra que homenageia a trajetória intelectual do Professor Luiz Carlos Bresser Pereira. De certa maneira, eu testemunhei, desde meus tempos de estudante de economia na USP do início dos anos 1970, o esforço incansável do Professor Bresser na perseguição de um duplo objetivo: por um lado, incorporar ao pensamento econômico, muitas vezes esterilizado pelo gosto pela formalização excessiva, proporcional à redução do conteúdo e profundidade dos argumentos, o que havia de mais moderno e inovador sendo proposto nas Ciências Sociais (inclusive economia) não apenas no Brasil; por outro, uma preocupação igualmente intensa com a utilização desses instrumentos na compreensão dos desafios colocados à economia brasileira no esforço do país, nem sempre bem-sucedido, de se transformar e desenvolver.

A produção de Bresser é vasta (sua produtividade é sempre motivo de surpresa e admiração) e variada em temas, mas acredito ser possível identificar três grandes áreas ou temas que ocuparam prioritariamente sua atenção nos últimos quarenta e cinco a cinquenta anos (exatamente o período em que acompanhei sua atividade).

A primeira dessas áreas foi sua reflexão em torno do tema que chamou de *tecnoburocracia*. Uma longa tradição de Ciências Sociais havia se voltado para o estudo das implicações da profissionalização da administração de grandes empresas. Burnham, Berle e Means, dentre outros, discutiram se a passagem do controle sobre grandes empresas das famílias de fundadores para administradores profissionais, que Burnham chamou de *revolução dos gerentes*, mudaria alguma coisa nas estruturas de poder características de economias capitalistas e na definição de estratégias empresariais. Essa pergunta, na verdade, já se fazia Marshall, em seus *Principles of Economics*, onde concluía que sim, as *joint-stock companies* representavam em si mesmas uma mudança fundamental em relação

ao capitalismo “clássico”. Burnham, Berle e Means, dentre outros, reforçavam essa conclusão, estudando os interesses da nova “classe” emergente de gerentes, contrapondo-os aos interesses dos proprietários do capital tentando derivar daí previsões sobre a dinâmica futura do capitalismo.

Essa visão foi ampliada por John Kenneth Galbraith em muitas obras, mas especialmente em *The New Industrial State*. Nesse livro, Galbraith propunha que as mudanças não se restringiam às empresas, mas se estendiam também ao Estado, com a emergência de uma nova classe de tomadores de decisão, que chamou de *tecnoestrutura*, em uma nova forma de organização da economia, que denominou *sistema de planejamento*, para enfatizar a importância da administração especializada nesse arranjo. Bresser Pereira percebeu a importância do conceito proposto por Galbraith e o utilizou em uma série de obras do início dos anos 1970. Galbraith pode ter exagerado na profundidade da mudança representada pela emergência da tecnoestrutura nas economias avançadas, mas Bresser Pereira percebeu que esse conceito era particularmente rico para a análise da situação de economias como a brasileira até meados dos anos 1970. O regime militar deu amplos poderes a uma nova classe de administradores para atuarem como líderes políticos, como os ministros Delfim Netto e Reis Velloso, que construíram um amplo aparato de planejamento e intervenção na economia brasileira, que durou pelo menos até a publicação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, no governo Geisel. Em um livro particularmente importante, *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado*, de 1977, Bresser aplicou de forma muito criativa o conceito, transformado por ele na noção de *tecnoburocracia*, na análise do momento e dos dilemas da economia brasileira.

O declínio do regime militar trouxe consigo também o fim da tecnoburocracia. A emergência da política tradicional reduziu o papel do Estado (ainda que não o das grandes empresas, inclusive estatais) na economia, em um processo de minimização crescente do argumento da eficiência superior da administração profissionalizada. A transição para a democracia acentuou ainda a consideração, fomentada por economistas de tendência liberal, de que o planejamento era, por si, um instrumento autoritário e incompatível com a democracia. O aparato do Estado foi gradativamente desmontado, especialmente suas estruturas de controle e intervenção, durante os governos FHC e Lula. Um reflexo, porém, das antigas preocupações de Bresser ainda pode ser notado em seu esforço na criação de estruturas de qualificação do funcionalismo público, durante sua gestão como Ministro da Reforma do Estado na presidência de

Fernando Henrique Cardoso, esforços, no entanto, que foram amplamente sabotados depois de sua saída do ministério.

Se a importância e o potencial do planejamento econômico, no estado como nas grandes unidades empresariais, se impunha como tema até a primeira metade de década de 1970, na segunda não havia qualquer dúvida sobre qual era o problema mais importante da economia brasileira: a aceleração inflacionária, que acabou por levar o estado à bancarrota e moldou a ação privada a tal ponto que sobreviver à inflação tornou-se o único objetivo de empresas e famílias por anos a fio. Entender o enigma representado pelo regime de alta inflação (onde a inflação era suficientemente alta para alterar profundamente os comportamentos dos diversos agentes econômicos, mas não tão grande a ponto de se tornar explosiva, como nas hiperinflações) e tentar descobrir os meios de trazê-la para patamares “normais” foi o principal desafio aceito por Bresser Pereira no período. Trabalhando na maioria das vezes com Yoshiaki Nakano, Bresser chegou ao conceito de inflação inercial, desenvolvido independentemente por outros autores no Brasil, como Persio Arida e André Lara-Resende, e, na Argentina, como, notavelmente, Roberto Frenkel. Desse período destaca-se a publicação do livro *Inflação e Recessão*, em 1984 (traduzido para o inglês três anos depois, sob o nome *The Theory of Inertial Inflation*).

Bresser participou da discussão das diversas tentativas de controle da alta inflação nos anos 1980, tendo mesmo implementado um plano de estabilização que levou seu nome, em 1987, quando foi ministro da fazenda. A compreensão da dinâmica da alta inflação, no entanto, mostrou-se menos difícil que a definição de planos eficazes de controle. Foi preciso esperar pela experiência radical de Domingo Cavallo na Argentina, em 1991, para delinear os contornos de um plano de estabilização com chances de sucesso no Brasil, o que veio a ocorrer com o Plano Cruzado, em 1994.

Mas se o Plano Real representou uma solução durável para o problema da alta inflação, ele está também na raiz de outra dificuldade: a virtual impossibilidade vivida pelo Brasil de reencontrar o caminho do crescimento e do desenvolvimento econômico. O Plano Real baseou-se numa combinação de instrumentos cujo efeito anti-inflacionário era conhecido, mas cujos danos colaterais também eram conhecidos. Baseado na liberalização de importações, por um lado, e no firme controle da demanda agregada, por outro, o Plano Real não poderia senão ter levado a taxas de juros domésticas elevadas e à sobrevalorização cambial. Vinte anos depois de sua implementação, essas duas características – juros

altos e câmbio sobrevalorizado – mantêm-se, impedindo qualquer recuperação mais duradoura da economia brasileira. Não fosse pelos efeitos da expansão chinesa no final da década passada, que arrastou o Brasil, mas transformou-o de novo em exportador de matérias-primas, como no período anterior à industrialização, teríamos vivido uma contração possivelmente significativa da produção doméstica.

Caracteristicamente, Bresser Pereira voltou-se para o problema cambial e seu impacto deletério sobre a produção industrial brasileira na terceira das fases aqui mencionadas, que, aliás, ainda, se desenrola. Novamente, como é típico de toda a obra de Bresser, sua produção sobre o tema é nada menos que vertiginosa. Bresser Pereira segue de perto o exemplo de Keynes como economista público, interessado não apenas em entender e intervir, mas também em persuadir o público da importância dos problemas e da natureza de sua solução. A criação de novos conceitos, como o de taxa de câmbio que preserva o equilíbrio industrial, é parte desse esforço, ao mesmo tempo criativo e didático, numa atividade que parece ser tão intensa quando se comemora seus oitenta anos, como sempre foi.

Eu iniciei este prefácio com uma nota pessoal e quero fechá-la com outra. Eu me lembro de assistir ao Professor Bresser Pereira em debate na USP, de onde saí ao completar minha graduação, em 1975. Bresser sempre impressionou e impressiona jovens economistas, por sua dedicação, seu otimismo com relação à possibilidade da economia vir mesmo a se tornar uma ciência e contribuir para aumentar o bem-estar dos seres humanos, sua crença no debate e disposição para realizá-lo com quem for, onde quer que seja. Anos depois, tive o privilégio de conhecê-lo pessoalmente e participar de algumas atividades conjuntas, como também de colaborar com uma de suas mais importantes realizações, a criação e sustentação da *Revista de Economia Política*, há décadas uma das mais importantes revistas de economia do país. O contato com Bresser é sempre rejuvenescedor, como se fosse possível absorver um pouco de sua jovialidade e abertura de espírito pela simples proximidade. É com grande alegria pessoal que agradeço esta oportunidade de deixar pública minha homenagem ao Professor Bresser, a homenagem de um de seus estudantes.